



---

# CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: DESAFIOS E TENDÊNCIAS

**INSTITUTO BRASILEIRO DE** **Ementa do Curso**

**ENSINO,**

**DESENVOLVIMENTO E**  
**PESQUISA**

**PROGRAMA DE**

**MESTRADO**

**PROFISSIONAL EM**  
**ADMINISTRAÇÃO**

**PÚBLICA**

Controle da Administração Pública. Órgãos de Controle, Funções Estatais e Separação dos Poderes. Competências e limites de atuação dos Órgãos de Controle. Controle judicial da Administração Pública e Judicialização das Políticas Públicas. Improbidade Administrativa. Gestão pública ineficiente, improbidade administrativa e corrupção. Desvio de finalidade e moralidade administrativa. Fundamentos e limites do poder sancionatório do Estado. Direitos e garantias fundamentais na jurisdição sancionadora. Inelegibilidades, Direitos Políticos e Democracia. Sistema Eleitoral, Combate à Corrupção e Reforma Política. Perspectivas e Propostas para o Controle da Administração Pública no Brasil.

## **Objetivos do Curso**

Carga Horária: 30h

Oferecer aos alunos compreensão teórica e prática acerca dos mecanismos de controle da Administração Pública, dos instrumentos de responsabilização e defesa dos agentes públicos, com ênfase para as atuais controvérsias sobre os conflitos entre os órgãos de controle e os limites do Direito.

Créditos: 02

Categoria: Optativa

## Módulo I

### Leituras Obrigatórias

---

ÁVILA, H. Moralidade, Razoabilidade e Eficiência na Atividade Administrativa. Revista Brasileira de Direito Público, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 105-134, 2003.

---

FOX, J. The uncertain relationship between transparency and accountability. Development in Practice, v. 17, n. 4-5, p. 663-671, 2007.

---

HIRSCHL, R. The judicialization of politics. In: GOODIN, R. E. (Ed.). The Oxford Handbook of Political Science, p. 1-23, 2013.

---

### Leituras Complementares

---

TAYLOR, M. M. Judging policy: courts and policy reform in democratic Brazil. Redwood City: Stanford University Press, 2008.

---

**Leituras Obrigatórias**

---

BERTONCINI, M. E. S. N.; GARBIN, M. A. Cidadania, princípio da razoabilidade e o problema do ato de improbidade administrativa culposo. Revista Jurídica – UNICURITIBA, Curitiba, v. 2, n. 43, p. 93-113, 2016.

---

GARCIA, E.; ALVES, R. P. Improbidade administrativa. 8. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014. (capítulo 4).

---

SALLES, A. A. Ação de improbidade, controle externo e economicidade — as diferentes consequências jurídicas entre a atuação administrativa ilegal e a antieconômica (ou irregular). Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 271, p. 223-250, 2016.

---

**Leituras Complementares**

---

OLIVEIRA, J. C.; PIRES, A. F. A Lei de Improbidade Administrativa: sua aplicação e apontamentos para uma melhor eficácia. Pensar – Revista de Ciências Jurídicas, Fortaleza, v. 19, n. 2, p. 427-452, 2014.

---

## Módulo III

### Leituras Obrigatórias

---

MAIA FILHO, N. N. Direitos e garantias fundamentais na jurisdição sancionadora. Fortaleza: Imprece, 2018.

---

MARQUES NETO, F. A. Art. 23 da LINDB - O equilíbrio entre mudança e previsibilidade na hermenêutica jurídica. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, (Edição Especial - Direito Público na Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro – LINDB, Lei nº 13.655/2018), p. 93-112, 2018.

---

### Leituras Complementares

---

MAFFINI, R.; HEINEN, J. Análise acerca da aplicação da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (na redação dada pela Lei 13.655/2018) no que concerne à interpretação de normas de direito público: operações interpretativas e princípios gerais de direito administrativo. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 277, n. 3, p. 247-278, 2018.

---

## Módulo IV

### Leituras Obrigatórias

---

FAVRETO, R. Improbidade administrativa: penalidades e reflexos na Lei da Ficha Limpa. In: MARQUES, M. C. (Org.). Improbidade Administrativa: temas atuais e controvertidos. Rio de Janeiro: Forense, p. 343-364, 2017.

---

MANCUSO, W. P. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001–2012) e agenda de pesquisa. Revista Sociologia e Política, Curitiba, v. 23, n. 54, p. 155-183, 2015.

---

REIS, B. P. W. Um réquiem para os partidos? Sistema partidário no Brasil, daqui para o futuro. Journal of Democracy (em português), v. 7, n. 1, p. 49-88, 2018.

---

### Leituras Complementares

---

HEILER, J. G.; VIANA, J. P. S. L.; SANTOS, R. D. O custo da política subnacional: a forma como o dinheiro é gasto importa? Relação entre receita, despesas e sucesso eleitoral. Opinião Pública, Campinas, v. 22, n. 1, p. 56-92, 2016.

---